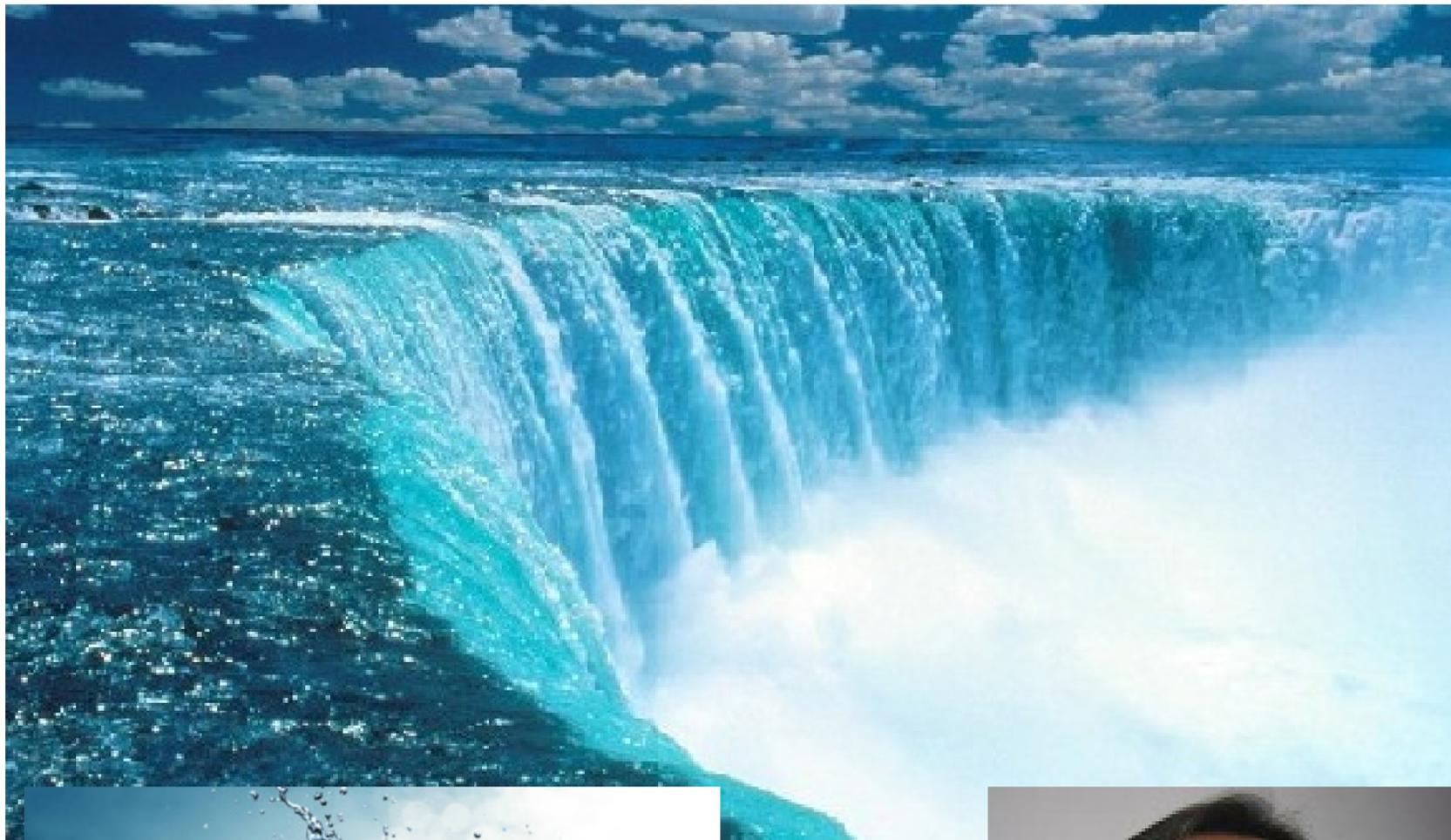


# A questão da Água no século XXI: mitos, desafios e perspectivas



A questão da água é estratégica para o século XXI. O documento final da Rio + 20, The future we want (O futuro que nós queremos) reconhece a água como o núcleo do desenvolvimento sustentável. Portanto, como um tema central na construção de um mundo sustentável.

Poderíamos pensar que isto é novidade. Mas, a importância da água figura há muito tempo neste pátamar. Seja na representação mitológica onde Júpiter com a ajuda de Netuno inundou a terra, seja na explicação religiosa sobre O Dilúvio, onde choveu durante quarenta dias sobre a terra. Ambas carregam o efeito destruidor e criador simultaneamente, pois, eis que do caos surge o novo: Ora sobre a figura de Noé e sua arca repleta

de espécies animais para repovoar a terra; ora pela sobrevivência de Deucalião e sua esposa Pirra que após consultar um oráculo, transformam pedras em seres humanos.

Contudo, estas explicações perderam espaço para a ciência moderna. Esta nos diz que dois terços (2/3) da superfície de nosso planeta é constituído de água. "Terra, planeta água", como nos ensina a música. Contudo, apenas 2% deste total se constituem em água doce. Se não bastasse proporção tão dispare, a constituição dos 2% de água doce nos deixa mais preocupados, pois 68,9% estão dispostos nas calotas polares, 29,9% estão em reservatórios subterrâneos profundos e apenas 1,2% estão nos rios, lagos e demais reservatórios.

Para piorar o quadro,

o uso predatório deste recurso natural é patente: degelo das calotas polares e crescimento do volume dos oceanos como resultados do aumento de temperatura; contaminação das águas subterrâneas, rios e lagos por efluentes das indústrias, resíduos tóxicos da agricultura e dejetos domiciliares; além do desperdício, são fatos.

De propósito deixamos o desperdício por último, não que seja menos importante. Mas, para mostrar que existem outros fatores que comprometem o estoque e qualidade da água. Assim, devemos desmistificar que é o cidadão comum o grande responsável pelo desperdício.

Os setores da agricultura e a indústria vêm antes do consumidor individual como aqueles que mais desperdiçam este recurso. Também, lembremos que

foram os EUA que exportaram para outros países o modelo da Revolução Verde baseada em uso intensivo da água e produtos químicos.

Isto não significa dizer que outros países não tem responsabilidade sobre este problema. Daí a importância do reconhecimento do tema na Rio + 20 e o papel que o Brasil ocupou. Seja porque detém 12% das reservas mundiais de água doce, seja porque tem uma das legislações mais avançadas em termos de proteção e gestão de recursos hídricos - desde o código de águas de 1934, até a Lei 9.433/97 que organizou o planejamento e a gestão do setor.

A Amazônia se faz presente nesta questão de forma contraditória. Primeiro, de forma positiva ao contribuir com 80% do total das águas doces no território nacional. Segundo, por deter índices piores que a média nacional em termos de cobertura de abastecimento de água e coleta de esgoto.

O estado do Pará é o maior representante desta contradição. De um lado, fazemos parte da bacia hidrográfica do Amazonas e detemos o maior potencial hidrelétrico da região - temos instalada a maior usina genuinamente nacional, Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-TUCURUI) e UHE-BELO MONTE em construção, além de outros projetos. De outro lado, somos detentores dos piores índices regionais e nacionais em abastecimento de água e cobertura de esgoto. Como exemplo, podemos citar o relatório da Agência Nacional de Águas - ANA (2010), onde consta que dos 143 municípios paraenses (Mojú dos Campos ainda não era considerado município), apenas 21 tinham atendimento satisfá-



**Prof. Dr. André Farias**  
 UFPA/Núcleo de Meio Ambiente(NUMA)

tório, os outros 122 precisariam de investimentos de ampliação e melhorias que demandariam um valor de aproximadamente 700 milhões de reais. O governo federal tem disponibilizado recursos por meio do PAC SANEAMENTO. Contudo, o que o governo estadual e municípios estão fazendo para enfrentar este problema?

O exemplo das hidrelétricas coloca em cheque outra questão que é a política de financiamento do estado, pois a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, ocorre no consumo e não na geração de energia. Com isso, o estado do Pará perde recursos. Porém, este é um tema que envolve reforma tributária e pressupõe o uso correto dos recursos públicos - o que é cada vez mais raro. No estado do Pará, ainda temos a mineração que necessita de volume imenso de água no processo de produção de minérios e, em termos de arrecadação tributária contribui muito pouco.

Falta espaço neste artigo para tratar de outros usos da água, ou uso múltiplo como fala nossa legislação. Mas, vale constatar que a água dos rios da Amazônia e do Pará são

meios de transporte, seriam à pesca, são meios de reprodução da biodiversidade, etc.

As ações antrópicas e os eventos naturais (seca de 2005 no baixo amazônico e cheia de 2009) são alguns indicadores que a coisa não vai bem. Acredito que não haverá necessidade de dilúvios ou a fúria dos deuses para nos despertar para a grandeza do problema.

É necessário exigir políticas públicas de combate ao desmatamento, investimento em saneamento ambiental, combate ao desperdício, punição e ordenamento dos setores produtivos que utilizam a água de forma descabida.

Finalmente, devemos buscar aliar novas tecnologias - como o aproveitamento da água da chuva, por exemplo - com práticas de manejo sustentável, compreendendo que este bem é limitado. Talvez, neste momento histórico seria mais racional buscar exemplos de boas práticas em modelos da agricultura familiar, nos manejos dos ribeirinhos, na cultura conservacionista dos indígenas, do que aguardar Noé ou o casal Deucalião e Pirra.

Prof. Dr. André Farias  
 UFPA/Núcleo de Meio Ambiente(NUMA)



Av. Marechal Rondon, 1443 - Centro - (94) 3326-2697 - Rondon do Pará-PA